



RELATÓRIO  
E  
CONTAS 2017

O JARDIM  
CENTRO SOLIDARIEDADE  
SOCIAL DE CANEDO

---

## Índice

Mensagem do Órgão de Administração .....	4
Introdução.....	6
1 Identificação da Instituição.....	6
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	6
3 Principais Políticas Contabilísticas .....	7
3.1 Bases de Apresentação.....	7
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
4 Ativos Fixos Tangíveis .....	14
5 Ativos Intangíveis.....	17
6 Custos de Empréstimos Obtidos.....	19
7 Inventários .....	19
8 Rédito.....	19
9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	20
10 Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
11 Instrumentos Financeiros .....	21
11.1 Utentes .....	21
11.2 Fornecedores.....	22
11.3 Outras contas a receber.....	22
11.4 Outras Contas a Pagar .....	22
11.5 Estado e Outros Entes Públicos .....	23
11.6 Caixa e Depósitos Bancários .....	23
11.7 Fundos Patrimoniais .....	23
11.8 Investimentos financeiros.....	24
11.9 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	24
11.10 Diferimentos.....	25
11.11 Outros Ativos Financeiros.....	25
11.12 Subsídios, doações e legados à exploração .....	25
11.13 Fornecimentos e serviços externos .....	26
11.14 Outros rendimentos.....	26
11.15 Outros gastos .....	27
11.16 Resultados Financeiros .....	27
12 Benefícios dos empregados.....	27
13 Acontecimentos após data de Balanço .....	28

---

14	Agricultura .....	28
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	28
16	Outras Divulgações .....	28
17	ANEXOS – Balancete Mês Dezembro.....	30
18	ANEXOS – Balancete De Regularizações.....	31
19	ANEXOS – Balancete Final.....	32
20	ANEXOS – Balanço .....	33
21	ANEXOS – Demonstração Dos Resultados Por Naturezas .....	34
21	ANEXOS – Demonstração Fluxos Caixa.....	35

## **Mensagem do Órgão de Administração**

---

Um ano após a nossa tomada de posse cumpre-nos informar que estamos orgulhosos do trabalho efetuado. Com o início dos trabalhos elencamos, e não descurámos, os principais objetivos a que nos propusemos, nomeadamente, SUSTENTABILIDADE, CERTIFICAÇÃO, RECURSOS HUMANOS, RECURSOS E HUMANIDADE.

O ano de 2017 foi pautado por um diagnóstico intensivo sobre as práticas até então exercidas, desenho de novas metodologias de trabalho, alicerçadas numa melhoria contínua com vista a uma maior eficácia e eficiência. A prioridade foi diagnosticar os pontos fortes e fracos de cada área, delinear em conjunto com as responsáveis, as prioridades de atuação e planear a sua execução. O investimento interno de melhorar os serviços, tornando-os mais humanizados, cumprir a vasta legislação, implementar as regras da qualidade, exigiu muito da equipa de trabalho.

Como ano de mudança e reestruturação, destacámos alguns desafios. Na Infância continuamos a trabalhar para preenchermos as vagas existentes. A obra de remodelação da nossa creche é um dos objetivos para o próximo ano letivo. Pretendemos uma melhor divulgação desde o projeto à execução dos trabalhos para captarmos atenção de possíveis utentes. Em pré-escolar, a língua inglesa passou a ser curricular, acrescentando valor às atividades incluídas na mensalidade.

No que respeita à terceira idade, o objetivo primeiro continua a ser a satisfação e bem-estar do utente, continuamos a trabalhar para uma maior proximidade às famílias, através da inclusão dos familiares, sempre que possível e desejável, nas atividades planeadas. O horário das visitas foi alargado e tem sido feito convite aos familiares dos utentes para que almozem na Instituição sempre que lhes seja possível. Foi dinamizado um passeio ao santuário da nossa senhora de Fátima, devidamente acompanhado e auxiliado que foi muito apreciado pelos utentes. Para promovermos a inclusão dos utentes de ERPI na comunidade, é proporcionado lanche no exterior numa das padarias da freguesia, como promoção de autonomia e independência. A equipa de trabalho sugeriu e inovámos a decoração do espaço por forma a tornarmos a sala de estar e refeitório à semelhança das memórias que cada um tem das suas casas. As aulas de ginástica passaram a ser dinamizadas na sala de estar do ERPI para motivarmos a participação de todos os utentes.

No que diz respeito à criação de novos serviços, disponibilizamos aos utentes, associados e colaboradores da Instituição o serviço de fisioterapia que começa agora a dar os seus frutos.

Relativamente aos recursos, fizemos a retificação da tela do telhado no ERPI e retificação do tapete do elevador. No que respeita à CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE (ISO 9001:2015),

destacámos o esforço imensurável de toda a equipa de trabalho, em especial dos gestores dos processos, porque sem o empenho dos mesmos não tinha sido possível a certificação. Sublinhamos que de forma a não vermos aumentados os gastos a equipa teve que acumular tarefas para concretizarmos este importante objetivo. A Instituição esteve em auditoria externa, AENOR, no dia 19 e 20 de dezembro. No dia 20 obtivemos a confirmação verbal por parte dos auditores externos, que todo o trabalho foi executado de forma exemplar e que estávamos no caminho certo. De ressaltar que os auditores distinguiram a equipa de trabalho, como uma equipa coesa, com objetivos individuais, mas sempre em busca do melhor para Instituição. A certificação dotou a equipa de ferramentas importantes para conseguirmos a melhoria contínua dos nossos serviços e práticas, reconhecidos como de qualidade, até conseguirmos a excelência.

O Presidente do Órgão de Administração

---

(Belmiro Pinheiro)

O Vice-presidente do Órgão de Administração

---

(Manuel Pinto)

O Secretario do Órgão de Administração

---

(Jerónimo Fernandes)

O Tesoureiro do Órgão de Administração

---

(Mário Pinho)

O Vogal do Órgão de Administração

---

(Joaquim Freitas)

## Introdução

---

A contabilidade, as demonstrações financeiras e respetivos relatórios de prestação de contas, são da responsabilidade do Contabilista Certificado N°88751, Daniela Silva, tendo como apoio os serviços administrativos da Instituição e respetivo Órgão de Fiscalização.

A redação final é submetida à aprovação do Órgão de Administração, do Órgão de Fiscalização que aprovará e emitirá o seu parecer para posterior aprovação pelos associados em Assembleia-geral.

Após a sua aprovação em Assembleia-geral e por forma a darmos cumprimento ao estipulado no nº2 do artigo 14-A do DL 171-A/2014, as contas do exercício serão publicadas obrigatoriamente no sítio institucional eletrónico até 31 de maio de 2018.

Serão submetidos também na plataforma eletrónica da Segurança Social criada para o efeito – OCIP, até dia 30 de junho de 2018, onde serão verificados, validados e visados pelo Instituto de Segurança Social.

Nos termos da portaria nº220/2015 de 24 de julho, as divulgações a efetuar pelas ESNL em anexo às Demonstrações Financeiras, correspondem às publicadas no anexo nº16, com as alterações introduzidas por aquela portaria.

### **1 Identificação da Instituição**

---

O Jardim - Centro de Solidariedade Social de Canedo é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição particular de solidariedade social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, com sede em Largo Padre Agostinho Pais Moreira, nº 30, tendo como contribuinte fiscal 503 516 082. Tem como atividade prosseguir os seguintes objetivos:

- Promover o bem-estar e o desenvolvimento integral dos seus utentes, num clima de segurança afetiva e física;
- Estimular a relação entre os utentes, a fim de promover a interação interpessoal, intergrupar e intergeracional;
- Colaborar estreitamente com as famílias numa partilha de cuidados e responsabilidades;
- Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou incapacidade, assegurando o seu encaminhamento adequado.

### **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos e de acordo com a Norma Contabilística e

de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, devendo o respetivo Anexo corresponder ao Anexo nº16 da mesma portaria;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

Assim, O Jardim preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2017 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Jardim na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, O Jardim continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes, contudo não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado



acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das instituições. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade do Jardim, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

O Órgão de Administração deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

### **3.2.2 Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Jardim e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que O Jardim demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### **3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que O Jardim espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que O Jardim tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Edifícios e outras construções	4,8,12 e 50 Anos
Equipamento básico	3 a 12,5 Anos
Equipamento de transporte	4 Anos
Equipamento administrativo	1 a 12,5 Anos
Outros Ativos fixos tangíveis	1 a 8 Anos

O Jardim revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Não são conhecidos à data “Bens do património histórico e cultural” que se encontrem registados a favor do Jardim.

#### **3.2.5 Propriedades de Investimento**

Não são conhecidos à data “Propriedades de Investimento” que se encontrem registados a favor do Jardim.

#### **3.2.6 Investimentos financeiros**

Os “Investimentos Financeiros”, geralmente traduzem-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

O investimento financeiro existente, reflete-se nas entregas mensais para o Fundo de Compensação de Trabalho (FCT e FGCT), efetuadas pelo O Jardim, reconhecido como ativo financeiro.

### **3.2.7 Inventários**

Os Inventários que o Jardim detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo de aquisição.

### **3.2.8 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pelo Jardim, estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui o montante disponível em 31.12.2017, de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos Patrimoniais” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores do Jardim ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- reservas legais;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.10 Provisões**

Periodicamente, O Jardim analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, o Jardim reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que O Jardim reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.11 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Não existem “Empréstimo Obtidos” .

Locações

Não existem “Locações” registadas.

**3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social, as retenções na fonte de IRS a pagar ao Estado, em janeiro 2018, assim como o IVA a receber, reembolsos pedidos, que se espera receber durante o ano de 2018.

**4 Ativos Fixos Tangíveis**Bens do domínio público

O Jardim usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Terrenos e recursos naturais
Edifício e outras construções
Equipamento básico
Equipamento transporte
Equipamento administrativo
Outros ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	42.989,95					42.989,95
Edifíc. e outras construções	1.686.350,63	60.016,77				1.746.367,40
Equipamento básico	141.252,96	10.228,83				151.481,79
Equipamento de transporte	139.872,53					139.872,53
Equipamento administrativo	54.629,93	8.189,37				62.819,30
Equipamento biológico						0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	28.745,88	4.824,27				33.570,15
<b>Total</b>	<b>2.093.841,88</b>	<b>83.259,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.177.101,12</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifíc. e outras construções	250.780,40	43.613,86				294.394,26
Equipamento básico	117.667,76	9.217,80				126.885,56
Equipamento de transporte	119.010,02	8.350,00				127.360,02
Equipamento administrativo	52.560,95	1.636,42				54.197,37
Equipamento biológico						
Outros Ativos fixos tangíveis	9.579,60	3.641,54				13.221,14
<b>Total</b>	<b>549.598,73</b>	<b>66.459,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>616.058,35</b>

Descrição	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	42.989,95			42.989,95
Obras no edifício	1.686.350,63	60.016,77		1.746.367,40
Equipamento básico	141.252,96	10.228,83		151.481,79
Equipamento de transporte	139.872,53			139.872,53
Equipamento biológico				
Equipamento administrativo	54.629,93	8.189,37		62.819,30
Outros Ativos fixos tangíveis	28.745,88	4.824,27		33.570,15
<b>Total</b>	<b>2.093.841,88</b>	<b>83.259,24</b>	<b>0,00</b>	<b>2.177.101,12</b>

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	42.989,95					42.989,95
Edifíc. e outras construções	1.746.367,40					1.746.367,40
Equipamento básico	151.481,79					151.481,79
Equipamento de transporte	139.872,53					139.872,53
Equipamento administrativo	62.819,30	3.449,81				66.269,11
Equipamento biológico						
Outros Ativos fixos tangíveis	33.570,15					33.570,15
<b>Total</b>	<b>2.177.101,12</b>	<b>3.449,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.180.550,93</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifíc. e outras construções	294.394,26	46.525,62				340.919,88
Equipamento básico	126.885,56	6.976,48				133.862,04
Equipamento de transporte	127.360,02	8.350,00				135.710,02
Equipamento administrativo	54.197,37	2.373,24				56.570,61
Equipamento biológico						
Outros Ativos fixos tangíveis	13.221,14	4.002,43				17.223,57
<b>Total</b>	<b>616.058,35</b>	<b>68.227,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>684.286,12</b>

Ativo fixo líquido – 2.180.550,93€ - 684.286,12€ = 1.496.264,81€

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	42.989,95			42.989,95
Edifíc. e outras construções	1.746.367,40			1.746.367,40
Equipamento básico	151.481,79			151.481,79
Equipamento de transporte	139.872,53			139.872,53
Equipamento administrativo	62.819,30	3.449,81		66.269,11
Equipamento biológico				
Outros Ativos fixos tangíveis	33.570,15			33.570,15
<b>Total</b>	<b>2.177.101,12</b>	<b>3.449,81</b>	<b>0,00</b>	<b>2.180.550,93</b>

O aumento no ativo fixo tangível, corresponde ao investimento realizado durante o exercício económico de 2017, no total de 3 449,81€, investimento pago no próprio exercício.



O equipamento administrativo adquirido respeita a programas informáticos, continuidade do compromisso assumido com a F3M no ano 2016, nomeadamente (WinGTE; WinSEC; WinIMOB; WinGCS; WinGRH e WinGSL).

## 5 Ativos Intangíveis

O Jardim usufrui dos seguintes “Ativos Intangíveis” :

Descrição
Outros ativos fixos intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	
<b>Custo</b>						
Bens domínio público						
Goodwill						
Projetos Desenvol.						
Progr. Computador						
Propr. Industrial						
O. Ativos intangíveis	49.883,28					49.883,28
<b>Total</b>	<b>49.883,28</b>					<b>49.883,28</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Bens domínio público						
Goodwill						
Projetos Desenvol.						
Progra. Computador						
Propr. Industrial						
O. Ativos intangíveis	49.883,28					49.883,28
<b>Total</b>	<b>49.883,28</b>					<b>49.883,28</b>

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill				
Projetos de Desenvolvimento				
Programas de Computador				
Propriedade Industrial				
Outros Ativos intangíveis				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	
<b>Custo</b>						
Bens domínio público						
Goodwill						
Projetos Desenvol.						
Progr. Computador						
Propr. Industrial						
O. Ativos intangíveis	49.883,28					49.883,28
<b>Total</b>	<b>49.883,28</b>					<b>49.883,28</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Bens domínio público						
Goodwill						
Projetos Desenvol.						
Progra. Computador						
Propr. Industrial						
O. Ativos intangíveis	49.883,28					49.883,28
<b>Total</b>	<b>49.883,28</b>					<b>49.883,28</b>

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill				
Projetos Desenvolvimento				
Programas de Computador				
Propriedade Industrial				
Outros Ativos intangíveis				
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

As depreciações dos ativos representam a perda de valor do edifício e dos seus equipamentos, a vida útil dos mesmos ultrapassa um exercício, pelo que durante o ano 2017, as depreciações do ativo fixo tangível ascenderam a 68 227,77€.

Não foram efetuadas depreciações ao ativo fixo intangível, uma vez que, os ativos se encontravam totalmente amortizados.

Os deferimentos de subsídios ao investimento, caracterizam-se por evidenciar os recursos aplicados na realização de investimentos que, por contribuírem para a formação do resultado em mais de um exercício, são apropriadas às contas e na proporção em que contribuem e influenciam o resultado de cada exercício. No ano 2016 o valor considerado na conta 7883 (imputação de subsídios para o investimento) foi 43 759,70€, no exercício ora apreciado o valor considerado foi de 27 079,05€.

Para concluirmos, as depreciações em 2017 ascenderam a 68 227,77€, o rendimento por imputação dos subsídios considerado 27 079 ,05€, que resulta numa diferença 41 148,72€

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Não são conhecidos encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos a favor do Jardim.

## 7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
<b>Inventário</b>		
Matérias primas sub. e consumo	6.274,52	9.082,44
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
Produtos acabados	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Cons.	129 728,32	115 293,79
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00

O aumento verificado na conta custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é justificado pelo ligeiro aumento nas compras. A conta de géneros alimentares face ao ano 2016, teve um aumento de 4 293,98€, sendo o mesmo absorvido e justificado pelas compras efetuadas no âmbito da parceria da Mercearia Social. Em 2017 liquidámos 4 404,13€ e cerca de 80% desta despesa respeita a compra de géneros alimentares, os restantes 20%, a gastos com higiene, conforto e limpeza, ficando este aumento justificado. É importante ressaltar que a Instituição recebe apoio da Suldouro para fazer face às despesas com a Mercearia Social. As colaboradoras passaram almoçar na Instituição a 01 de setembro de 2017, medida que se verificou positiva em termos de equilíbrio das contas. As restantes contas de compras 314 (material clínico e higiene) e 315 (material hoteleiro), no ano 2017 tiveram um aumento de 1 396,54€, valor relativo a compra de pratos, talheres, tabuleiros e copos por não haver louça suficiente para proporcionar a refeição em géneros alimentares às funcionárias. Aumento de 3 097, 41€ na conta 316 (material didático e escritório), pelo investimento feito em novos brinquedos para as salas no início ano letivo e ligeiro aumento consumo de tonner’s e tinteiros.

## 8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas		
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	464.081,23	433.308,28
Quotas e joias	2.057,00	2.063,00
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Juros		
Royalties		
Dividendos		
<b>Total</b>	<b>466.138,23</b>	<b>435.371,28</b>

A rubrica “prestação de serviços” respeita a mensalidades dos utentes, joia e quotizações dos associados. Registou em 2017 um aumento de 7% face ao ano anterior, pela decisão acertada do Órgão de Administração em aumentar as mensalidades para fazermos face ao gasto com o aumento do salário mínimo nacional. Apesar do aumento da receita, a saber que a Instituição continua com vagas por preencher, nomeadamente nas respostas sociais de Creche, com 8 vagas, o Pré-escolar, com 7 vagas e Centro de Atividades Tempos Livres, com 9 vagas.

As quotas pagas pelos associados tiveram uma diminuição face ao ano 2016 de 6,00€, estando pendente de pagamento 406,00€ relativos a quotas geradas, mas que se encontram por pagar.

## 9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	4.238,00	1.059,46	0,00	5.297,46
Garantias a clientes	0,00	635,93	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4.238,00</b>	<b>1.695,39</b>	<b>0,00</b>	<b>5.933,39</b>

A constituição da provisão no montante de 1 059,46€ teve como objetivo anularmos nos próximos anos o pedido de reembolso IVA, efetuado em 2013, relativo ao investimento. O Instituto da Segurança Social de Aveiro deu parecer de que o pedido de restituição IVA não será visado. O pedido inicial está registado na conta 243801, pelo seu valor total de 8.475,69€, verifica-se que pela constituição da provisão, o saldo da conta 2911 em 2017 é de 5.297,46€, espera-se que a conta da 2911 seja saldada por contrapartida da conta 2438 em 2020.

### Passivos contingentes

Não aplicável.

### Ativos contingentes

Não aplicável.

## 10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, O Jardim tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

	Descrição	2017	2016
<b>7511</b>	<b>Comparticipações Instituto da Segurança Social</b>		
751101	Comparticipações ISS, IP	440.265,97	445.156,87
751102	Complemento P/ Cresce Sup. 11 Horas	5.932,20	5.918,76
751103	Complemento P/ Vagas Reservadas ISS	19.639,90	5.028,53
751104	Comparticipação Adicional	5.638,56	
<b>7512</b>	<b>Apoios do Governo</b>		
75121	Subsídios Instituto Emprego e Form. Profissional	12.439,34	10.951,44
<b>7513</b>	<b>Subsídios Não Recebidos</b>		
751301	Instituto Segurança Social	19.644,71	7.602,73
751302	Instituto de Emprego e Formação Profissional	5.939,29	26.711,83
	<b>Total</b>	<b>509.499,97</b>	<b>501.370,16</b>

As participações foram aumentadas pelo Instituto de Segurança Social em 2017, em 1.2%, não sendo possível a comparação em valor do referido aumento pelo facto de não termos a capacidade cheia à data de 31.12.2017, já referido no ponto 11 deste anexo.

O envio mensal dos mapas de frequências, permite à Segurança Social efetuar o pagamento das participações através do registo de frequências dos utentes, nas respostas sociais com acordo de cooperação.

## 11 Instrumentos Financeiros

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Utes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes e Utes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utes	3.110,85	4.617,33
<b>Clientes e Utes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utes factoring</b>		
Clientes		
Utes		
<b>Clientes e Utes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utes		
<b>Total</b>	<b>3.110,85</b>	<b>4.617,33</b>

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Cientes		
Utentes	-4.206,45	-4.206,45
<b>Total</b>	<b>-4.206,45</b>	<b>-4.206,45</b>

## 11.2 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	21.965,36	20.441,18
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>21.965,36</b>	<b>20.441,18</b>

## 11.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	-117,22	-117,22
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	53.611,70	34.314,56
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	-31.116,97	-31.366,97
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>22.377,51</b>	<b>2.830,37</b>

Esta rubrica traduz os compromissos do exercício 2017 a receber ou a pagar no exercício económico seguinte. São saldos transferidos do exercício 2016, apenas com adição/diminuição na conta “devedores por acréscimo de rendimentos”. Esta última foi movimentada a crédito pelos pagamentos recebidos por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e da Segurança Social (ISS) e debitada pelo aumento relativo a projetos do IEFP que iniciaram em 2017 e ainda pela atualização dos valores pendentes de receber por parte da ISS relativos a adicional e acerto do diferencial, que esperamos receber no primeiro semestre 2018.

## 11.4 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar	0,00	117,22	0,00	117,22
Estimativa de férias e subsídio de férias	0,00	79.668,98	0,00	83.669,72
Credores por garantia bancária	0,00	13.118,59	0,00	18.826,43
Outros gastos a liquidar	0,00	0,00	0,00	-185,00
Outros credores	0,00	31.116,97	0,00	31.366,97
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>124.021,76</b>	<b>0,00</b>	<b>133.795,34</b>

A rubrica “estimativa de férias e subsídio de férias” foi diminuída em 4 000,74€ pelo acerto no cálculo efetuado com base na folha de férias datada de dezembro 2017, esta estimativa refere – se ao pagamento do mês de férias e subsídio de férias de 2017 a liquidar em 2018. O valor de 5 720,49€ é relativo a conservação e reparação das telas da resposta social de ERPI e outras pequenas reparações deduzido ao valor de “outros credores por garantia bancária”.

### 11.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10.782,42	12.983,84
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>10.782,42</b>	<b>12.983,84</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Fundo Compensação do Trabalho (FCT;FGCT)	66,36	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.575,00	2.691,00
Segurança Social	13.921,85	13.249,40
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>16.563,21</b>	<b>15.940,40</b>

Na conta “iva – a recuperar” o saldo deduzido dos 8.475,69€ (pedido restituição iva 2013) é de 2 306,73€.

### 11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	466,36	371,70
Depósitos à ordem	53.951,12	52.626,58
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>54.417,48</b>	<b>52.998,28</b>

A conta de “caixa” e “depósitos à ordem” foi aumentada em 1 419,20€. O problema de tesouraria existente no primeiro trimestre 2017 era uma das preocupações do Órgão de Administração dado que no final do exercício de 2016, a demonstração fluxos de caixa era negativa em 48 000,37€, face a 2015, pelo que foi tida atenção especial às receitas e despesas por forma a que a Instituição terminasse o ano com saldo de tesouraria positivo. Este objetivo foi conseguido e é certo que será mais trabalhado ano 2018.

### 11.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	584.312,78	0,00	0,00	584.312,78
Resultados transitados	0,00	0,00	-7.302,09	-7.302,09
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	927.739,46	0,00	-27.079,07	900.660,39
<b>Total</b>	<b>1.512.052,24</b>	<b>0,00</b>	<b>-34.381,16</b>	<b>1.477.892,72</b>

Em 2017, aquando da aplicação do resultado do exercício 2016 surge a dúvida se os resultados dos exercícios económicos anteriores, deveriam ou não permanecer na conta “reservas” ou “resultados transitados”. Após pedido de parecer à Ordem dos Contabilistas Certificados, foi esclarecido que o regime jurídico das IPSS não prevê a criação de reservas obrigatórias, dado que os resultados obtidos pela Instituição são aplicados na própria atividade da Instituição, é sugerido pela Ordem que em termos contabilísticos, os resultados obtidos sejam registados na conta 56 – “resultados transitados”. Aquando da aplicação do resultado 2017, será efetuado lançamento de correção.

## 11.8 Investimentos financeiros

Descrição	2017	2016
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>965,97</b>	<b>1.031,00</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>965,97</b>	<b>1.031,00</b>

O investimento financeiro existente reporta-se às entregas mensais a favor do Fundo Compensação Trabalho (FCT e FGCT).

## 11.9 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	221,64	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	406,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00



Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>627,64</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O valor “doadores” e “quotas” respeitam a documentos gerados pendentes de pagamento.

### 11.10 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	2.694,92	3.094,85
Serv. Informáticos / Licenças Antivírus	2.050,39	0,00
<b>Total</b>	<b>4.745,31</b>	<b>3.094,85</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Instituto Segurança Social	24.718,97	7.602,73
Instituto Emprego e Form. Profissional	23.892,73	26.711,83
Outros Subsídios/Donativos	5.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>53.611,70</b>	<b>34.314,83</b>

A conta “gastos a reconhecer” respeita ao deferimento dos seguros carrinhas e outros. O valor diferido para 2018 relativo a “serviços informáticos” respeita às horas adquiridas à empresa F3M e pagas em 2017. Estas horas vão ser usadas em 2018 para parametrização dos programas e formação das colaboradoras. A conta “rendimentos a reconhecer” é a continuidade do saldo do ano 2016, valores pendentes de receber por parte da Instituto de Segurança Social e Instituto do Emprego e Formação Profissional com as devidas alterações no ano 2017 e já esclarecidos no ponto anterior. Os rendimentos a reconhecer relativos a outros subsídios/donativos, respeita a donativos a receber em 2018 com compromisso por parte dos parceiros/associados da Instituição em 2017.

### 11.11 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

### 11.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	509.499,97	501.370,16
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>509.499,97</b>	<b>501.370,16</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 11.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	56.997,88	67.703,76
Materiais	6.758,78	8.489,77
Energia e fluidos	58.610,34	61.328,50
Deslocações, estadas e transportes	127,62	69,43
Serviços diversos	30.787,23	24.036,21
<b>Total</b>	<b>153.281,85</b>	<b>161.627,67</b>

A conta “fornecimento de serviços externos”, face ao ano anterior teve uma redução no gasto de 8.345,82€. A conta “serviços especializados” engloba pagamento das atividades extracurriculares, desinfestações, serviços informáticos, serviço elevador, serviço cabeleireiro, serviço transporte e honorários do professor ginástica, da advogada, da nutricionista, do médico, do fisioterapeuta, de consultoria, de enfermagem, etc. A conta “materiais” contempla ferramentas e utensílios de desgaste rápido, material escritório, fardamento e afins, etc. A conta “energia e fluidos” respeita a eletricidade, combustíveis, água e gás. “A conta “serviços diversos” refere-se ao aluguer do purificador água, aluguer cineteatro, seguros carrinhas, seguro multirriscos, seguro edifício, seguro acidentes pessoais, serviço jardinagem, serviço piscina, horto, etc.

### 11.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	23.114,76	14.293,75
Descontos de pronto pagamento obtidos	574,43	30,66
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	54,16	73.156,45
Outros rendimentos	27.099,05	43.759,70
<b>Total</b>	<b>50.842,40</b>	<b>131.240,56</b>

A conta “rendimentos suplementares” respeita a donativos e reembolsos IRS e a conta “outros rendimentos” e contempla 27 079,05€, valor relativo à imputação dos subsídios para investimento.

### 11.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	28,14	465,59
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	73.039,01
Outros Gastos	411,01	4.643,19
<b>Total</b>	<b>439,15</b>	<b>78.147,79</b>

A conta “outro gasto” é usada para pagamento das quotas á União das IPSS de Aveiro. O valor da quota paga anualmente é aferido mediante o valor anual das comparticipações pagas pela Segurança Social.

### 11.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	22,32	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>22,32</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-22,32</b>	<b>0,00</b>

## 12 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço do Jardim apurado em 31/12/2017 era de 53 colaboradoras e em 31/12/2016 apurou-se uma média de 61 colaboradoras.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	536.678,42	513.604,74
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	120.676,58	107.246,69
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.086,12	4.055,34
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	23.331,87	27.840,91
<b>Total</b>	<b>686.772,99</b>	<b>656.142,37</b>

A conta de gastos com o pessoal é sem dúvida a conta com maior impacto nos gastos da Instituição. O aumento em, cerca de 5%, registado na “conta remunerações ao pessoal” face ao ano 2016, que em valor representa um aumento de 23 073,68€, é explicado essencialmente pelo aumento do salário mínimo nacional, progressões na carreira efetuadas de acordo com o previsto no contrato coletivo de trabalho (CCT), pagamento do subsídio de refeição de janeiro a agosto de 2017, pagamento das diuturnidades adquiridas, horas trabalhadas e pagamento do trabalho suplementar prestado no ano.

### 13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### 14 Agricultura

Não aplicável.

### 15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação do Jardim perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 16 Outras Divulgações

O resultado do exercício de 2017 negativo, no valor de **13 687,19€** será aplicado em resultados transitados.

Não se trata do resultado desejado, mas tendo a Instituição os compromissos em dia e tendo em conta que as disponibilidades de tesouraria aumentaram ligeiramente, é expectado que o resultado no próximo exercício seja positivo.

Canedo, 13 de março de 2018

O Contabilista Certificado

---

O Órgão de Administração

---

---

---

---

---

## 17 ANEXOS – Balancete Mês Dezembro

---



---

## 18 ANEXOS – Balancete De Regularizações

---



---

## 19 ANEXOS – Balancete Final

---





## 20 ANEXOS – Balanço

---



## 21 ANEXOS – Demonstração Dos Resultados Por Naturezas



## 21 ANEXOS – Demonstração Fluxos Caixa

---

